UM NOVO RUMO PARA UMA NOVA HISTÓRIA

NOVO RUMO

Plataforma de Campanha **2018**

O GRUPO NOVO RUMO
CHAPA 3

CARGO	NOME	ESTADO
PRESIDENTE	KLEBER CABRAL	SP
1º VICE-PRESIDENTE	AYRTON EDUARDO DE CASTRO BARROS	GO
2º VICE-PRESIDENTE	JESUS LUIZ BRANDÃO	PR
SECRETÁRIA-GERAL	MARIANA RIBEIRO DE ARAUJO	DF
DIRETOR-SECRETÁRIO	PAULO ROBERTO PEREIRA FERREIRA	GO
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	MARIA APARECIDA GEROLAMO	SP
1º DIRETOR-ADJ. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	TIAGO LIMA DOS SANTOS	PA
2º DIRETOR-ADJ. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	ELIAS CARNEIRO JUNIOR	SP
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS	JULIO CESAR VIEIRA GOMES	RJ
1º DIRETOR-ADJ. DE ASSUNTOS JURÍDICOS	LUIZ ANTONIO BENEDITO	SP
2º DIRETOR-ADJ. DE ASSUNTOS JURÍDICOS	GETÚLIO JOSÉ UBA FILHO	SC
DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL	LEVINDO SIQUEIRA JORGE	MG
DIRETOR-ADJ. DE DEFESA PROFISSIONAL	LEANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA	BA
DIRETOR DE ESTUDOS TÉCNICOS	MARCOS ZANETTI LONDON	RS
DIRETOR-ADJ. DE ESTUDOS TÉCNICOS	HERCULES MAIA KOTSIFAS	PR
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	MARCHEZAN ALBUQUERQUE TAVEIRA	RN
DIRETOR-ADJ. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	JULIO CESAR CARVALHO DE ARAUJO	SP
DIRETOR DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES	ILDEBRANDO ZOLDAN	SP
DIRETORA-ADJ. DE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES	MÁRCIA REGINA RANGEL BARBOSA	RJ
DIRETORA DO PLANO DE SAÚDE	MARIA ANTONIETA F. RODRIGUES	SP
DIRETOR-ADJ. DO PLANO DE SAÚDE	JOÃO JOSÉ TAFNER	SP
DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA	DF
DIRETOR-ADJ. DE ASSUNTOS PARLAMENTARES	MARCOS DO CARMO ASSUNCAO	MT
DIRETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTERSINDICAIS	KURT THEODOR KRAUSE	SC
DIRETORA DE DEFESA DA JUSTIÇA FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE ASSUNTOS ESPECIAIS	EUZILENE TEODOZIA R.RIBEIRO	MG
DIRETORA SUPLENTE	SONILÉA VIEIRA LEITE	RJ
DIRETOR SUPLENTE	NELSON PESSUTO	DF
DIRETOR SUPLENTE	RICARDO SKAF ABDALA	GO

SUMÁRIO DE CONTEÚDO

MENSAGEM AOS AUDITORES FISCAIS 4

1.APRESENTAÇÃO DE UM NOVO RUMO..... 6

2.NOSSOS EIXOS DE ATUAÇÃO 8

2.1 Valorização do Cargo e da Autoridade do Auditor-Fiscal 8

2.2 Independência em Relação à Administração da Receita Federal.....11

2.3 Redesenho da Estrutura e Forma de Atuação do Sindicato.....12

3.NOSSAS PROPOSTAS.....14

3.1 Administração e Finanças 14

3.2 Aposentados e Pensionistas 14

3.3 Assuntos Jurídicos.....16

3.4 Atuação Parlamentar 18

3.5 Comunicação Social 19

3.6 Defesa Profissional.....20

3.7 Estudos Técnicos 21

3.8 Plano de Saúde 22

3.9 Relações Internacionais e Intersindicais.....22

3.10 Seguridade Social, Justiça Fiscal e Defesa da Cidadania.....23

4.PERFIL DOS CANDIDATOS.....24

5.CONCLUSÃO 34

MENSAGEM AOS AUDITORES-FISCAIS

Prezado Auditor, prezada Auditora, meu nome é Kleber Cabral e estou à frente do Novo Rumo, um grupo de colegas extremamente comprometidos com os valores que sempre fizeram do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil um dos mais prestigiados da República.

Aceitei a missão de me candidatar à presidência da DEN atendendo ao pedido de muitos colegas e amigos, de diferentes locais, preocupados, assim como eu, com o estado de desesperança que tomou conta de muitos Auditores-Fiscais país afora.

Muitos serão os desafios. Às incertezas políticas e econômicas do país, somam-se problemas internos da Receita Federal e do nosso próprio cargo, além de inúmeros adversários externos. Muitos não compartilham mais do orgulho de ser Auditor-Fiscal, que todos nós sentimos quando fomos aprovados em um dos concursos públicos mais difíceis do país.

Somos cotidianamente rebaixados por uma cúpula que executa fiel e acriticamente a política tributária do governo de plantão e que, além de afastar a Receita Federal de sua missão como órgão de Estado, milita fortemente contra a valorização do Auditor-Fiscal.

Nesse cenário, o relacionamento estreito entre a atual direção do Sindifisco Nacional e a Administração da RFB trouxe inexorável perda de credibilidade junto aos filiados. O Sindifisco Nacional abandonou por completo sua capacidade crítica, e tornou-se refém dos resultados da campanha salarial, acentuando as divisões internas da nossa classe.

Nesses últimos anos nos sabotamos de forma contínua. Entrávamos divididos em uma assembleia, e saíamos dela ainda mais desunidos, cada um trilhando o caminho que bem entendia. Precisamos de lideranças capazes de dar um basta a essa guerrilha interna, e devolver aos Auditores a esperança.

O nosso primeiro e maior desafio será restaurar a UNIDADE da nossa classe em torno de eixos e formas de atuação que promovam a solidariedade e o apoio mútuo entre grupos de interesse aparentemente díspares. A Chapa 3, NOVO RUMO, tem essa virtude, pois é composta por Auditores-Fiscais representativos dos diversos segmentos da classe, com capacidade de superar diferenças e buscar objetivos comuns. A aposta na divisão novos x aposentados, bônus x subsidio não nos levará a lugar algum.

Defenderemos o resgate da PARIDADE, sem tergiversar. Não se trata apenas de um direito constitucional, mas de um dever estatutário e moral das lideranças sindicais para com os aposentados e aposentáveis, e seus pensionistas. Ao mesmo tempo, precisamos ter a clareza de que hoje existem três regimes previdenciários (paridade, média e RPC/Funpresp). Portanto, é fundamental que os mais antigos apóiem os novos nas suas demandas específicas, a exemplo das regras para a progressão, que os

novos defendam os direitos dos mais antigos e que todos, indistintamente, trabalhem pela valorização do nosso cargo, pelas garantias e prerrogativas, pelo exercício pleno da nossa condição de autoridade.

O Novo Rumo compartilha a visão de que a atuação sindical deve ser focada nas questões corporativas, que já são muitas e complexas. Não desejamos o retorno daquele sindicato voltado às bandeiras sociais, aos interesses difusos da sociedade, com forte viés ideológico.

Vamos buscar a legitimação social exclusivamente nas questões atinentes à nossa atuação como autoridades tributárias e aduaneiras, como protagonistas nos assuntos em que temos reconhecida expertise, com um trabalho sério e concatenado entre assessoria de imprensa, estudos técnicos, parlamento e eventos acadêmicos, de forma a consolidar e difundir uma imagem positiva do cargo junto à sociedade. Para tanto, é imprescindível atuar com absoluta independência em relação à Administração da Receita Federal, fazendo as críticas pertinentes a toda e qualquer medida que diminua a nossa condição de autoridade e reduza o papel da Receita Federal como órgão de Estado.

Precisamos recuperar a confiança de cada Auditor-Fiscal na sua entidade sindical, a certeza de que seremos capazes de lutar pela nossa condição plena de autoridade, por uma remuneração compatível com a complexidade e responsabilidade de nossas atribuições, para que todos nós tenhamos novamente orgulho de sermos Auditores Fiscais da Receita Federal!

Nas próximas páginas, apresento os candidatos do Novo Rumo e as propostas pelas quais nos empenharemos, dia e noite, nos próximos três anos. Peço que você analise criteriosamente a equipe e reflita sobre as propostas.

Se você concorda com essa visão, compartilhe e nos ajude a construir o Novo Rumo!

Muito Obrigado!

Kleber Cabral
Candidato a Presidente do
Sindifisco Nacional
Grupo Novo Rumo - Chapa3

1. APRESENTAÇÃO DE UM NOVO RUMO

O Novo Rumo nasceu a partir de um desejo que vem ganhando corpo e consistência entre os Auditores-Fiscais: a construção de um novo modelo para a condução do Sindifisco Nacional.

Nos últimos tempos, o protagonismo do nosso sindicato vem sendo paulatinamente obscurecido por um inaceitável atrelamento à Administração da Receita Federal, o que tem cerceado a sua autonomia crítica e corroído a sua credibilidade para se posicionar de forma técnica e isenta. Criou-se uma relação de dependência que, somada à complexidade do cenário político que o Brasil atravessa e à fragmentação dos interesses da classe, está no cerne do impasse a que chegamos - com o descumprimento quase integral pelo governo dos compromissos firmados conosco em mesa de negociação.

No outro extremo dessa posição, estão correntes que defendem um sindicato de viés fortemente ideológico, alinhado a bandeiras sociais que extrapolam os limites da defesa corporativa e das matérias de expertise e competência dos Auditores-Fiscais. Para tais segmentos, o foco de atuação do Sindifisco Nacional deveria se expandir indefinidamente para abarcar interesses difusos da sociedade.

Diante desse cenário, o Novo Rumo apresenta à classe uma proposta alternativa: defendemos uma atuação equilibrada e transparente, centrada na valorização do cargo, fundamentada em diálogo e negociação, sem, contudo, abrir mão de medidas de força que se mostrem necessárias à garantia dos direitos dos Auditores-Fiscais, preconizando sempre um posicionamento independente em relação à Administração da Receita Federal, ao governo e a correntes ideológicas.

Aspiramos à formação de uma direção pautada pelos princípios insculpidos no estatuto do Sindifisco Nacional, pelo fortalecimento da autoridade do Audi-

tor-Fiscal e pela urgência em estabelecer uma forma diferente de atuação corporativa, capaz de alavancar intensa e permanente interação com a classe.

Formamos uma equipe composta por Auditores-Fiscais provenientes de diversos estados e representativos dos diversos segmentos da classe - desde aqueles oriundos dos últimos concursos a aposentados, passando por ativos com larga experiência no cargo - e acreditamos que o Sindifisco Nacional deve conceber caminhos de atuação que reflitam o benefício comum, combatendo a pulverização de interesses a que temos assistido internamente e construindo vias de convergência e conciliação.

Manifestamos nosso compromisso com o resgate do protagonismo técnico do cargo, por intermédio de ações junto à imprensa, ao meio acadêmico, às demais instâncias do Poder Público e à sociedade civil, sempre na defesa de um sistema tributário mais republicano, de um sistema de seguridade social mais justo e de uma aduana mais respeitada.

Nosso propósito é atuar em estreita sintonia com os anseios da classe, através de um relacionamento aberto e transparente. Entendemos como imprescindível a modernização do sindicato e a sua presença ativa na vida dos filiados, inclusive por meio das novas tecnologias e mídias sociais, permitindo o acompanhamento contínuo do trabalho dos representantes e a interação crítica e colaborativa no cotidiano da Diretoria Executiva Nacional.

A valorização da autoridade do Auditor-Fiscal depende de todos nós, da postura e das decisões tomadas no dia a dia do exercício das nossas atribuições e prerrogativas, mas não temos dúvida de que o sindicato pode e deve ser o fio condutor desse processo, que implica mudanças culturais e a assunção de grandes responsabilidades individuais e coletivas, mas que, uma vez concluído, certamente conduzirá o cargo e a Receita Federal a um novo patamar no arcabouço das instituições brasileiras.

“Defendemos uma atuação equilibrada e transparente, centrada na valorização do cargo, fundamentada em diálogo e negociação, sem, contudo, abrir mão de medidas de força que se mostrem necessárias à garantia dos direitos dos Auditores-Fiscais.”

Plataforma de Campanha

2. NOSSOS EIXOS DE ATUAÇÃO

Três eixos irão balizar a atuação do Novo Rumo à frente da Diretoria Executiva Nacional: **"Valorização do cargo e da autoridade do Auditor-Fiscal", "Independência em relação à Administração da Receita Federal" e "Redesenho da estrutura e da forma de atuação do sindicato".** A partir desses vetores, tecemos o conjunto de propostas e ideias que servirá de diretriz para o nosso projeto.

2.1 - Valorização do Cargo e da Autoridade do Auditor-Fiscal

A valorização e o fortalecimento do cargo e da autoridade do Auditor-Fiscal são condições fundamentais para o resgate do protagonismo e da credibilidade da nossa instituição como órgão essencial de Estado, bem como para a construção e consolidação de um sistema tributário mais afinado com os princípios constitucionais e a vontade soberana da população brasileira.

Não é esta, portanto, uma pauta estritamente corporativa, mas sim algo que caminha lado a lado com o interesse da nação. O enfraquecimento da autoridade do Auditor-Fiscal vulnera princípios e finalidades do Sistema Tributário Nacional, comprometendo alguns dos maiores desígnios da carta constitucional.

Essa constatação não deve ser enfatizada e demonstrada apenas para o público externo, para os que lidam diariamente com a Receita Federal. Deve, sobretudo, ser disseminada e inserida na cultura da nossa própria casa e, ainda mais, entre os integrantes da classe. Auditores-Fiscais são peças-chave para o desenvolvimento equilibrado da nação.

Em razão de uma série de eventos, especialmente as consecutivas frustrações com a postura negligente do governo, da administração do órgão e do próprio sindicato, nossa classe se fragmentou de maneira inédita, fazendo surgir grupos com interesses antagônicos, em detrimento da visão global e orgânica de valorização do cargo. As múltiplas divisões internas propiciaram o surgimento de percepções turvas e parciais dos caminhos que podem levar ao reconhecimento pleno da nossa autoridade.

Tais circunstâncias têm fragilizado não apenas o cargo, mas a própria Receita Federal, razão pela qual recentemente temos visto, em várias frentes, a intensificação das investidas contra os Auditores-Fiscais e contra o próprio órgão. Urge, pois, um reagrupamento, uma reunificação de todos os Auditores-Fiscais, para fazer frente a esse contexto hostil e combater o avanço do processo de erosão da nossa autoridade.

PAUTAS DE VALORIZAÇÃO

Tratamos a temática da valorização do cargo e da autoridade sob duas óticas complementares, conforme já são atualmente designadas pela classe: pautas remuneratória e não remuneratória.

Os Auditores-Fiscais já tiveram ao longo do tempo diversos formatos remuneratórios. Com exceção do período de 2008-2016, no qual a remuneração se deu sob a forma de subsídio, o formato prevalente foi o vencimento básico seguido de uma ou até duas gratificações (RAV, GEFA, GDAT, GAT, GIFA).

É fundamental esclarecer que quando se iniciou a negociação que culminou no acordo de 2008, o subsídio

era pago a poucas carreiras (Magistratura, Ministério Público, AGU e Polícia Federal). O subsídio representava, naquele momento, uma forma de distinção em relação às demais carreiras do serviço público. Ainda, em 2008, o subsídio restabeleceu a paridade e livrou os Auditores-Fiscais das avaliações individuais trimestrais da GIFA.

Entretanto, não se pode ignorar que, desde então, o subsídio passou a ser adotado por inúmeras carreiras, inclusive cargos de nível médio, também nos estados e municípios, de tal modo que, hoje, não é mais sinal de prestígio. Os fiscos estaduais mais bem remunerados não recebem por subsídio, assim como, por exemplo, os auditores do TCU. A ausência de gratificações específicas teve por efeito o nivelamento entre muitas carreiras do Executivo, que passaram a receber subsídios equivalentes a 95% da tabela dos Auditores-Fiscais, dificultando um reajuste diferenciado à nossa classe.

Atualmente, é fato que os Auditores-Fiscais da Receita Federal se encontram em posição extremamente desvantajosa quando comparados a nossos pares nos fiscos estaduais, e mesmo em relação a vários fiscos municipais.

Com a celebração do acordo salarial em 2016 e a alteração do modelo remuneratório do cargo, de subsídio para vencimento básico acrescido de parcela variável, criou-se a possibilidade de elevar o padrão remuneratório do cargo e corrigir essa distorção, revertendo a tendência crescente de migração de colegas para outros órgãos, inclusive administrações tributárias de outros entes federativos. De outro lado, o acordo salarial trouxe quebra da paridade, com a criação de percentuais decrescentes de percepção do bônus de eficiência (parcela variável) para os aposentados, chegando a 35% do valor dos ativos após nove anos de aposentadoria.

Não obstante as dificuldades criadas pela Administração, a adoção do vencimento básico permitirá a percepção de adicionais há muito pleiteados pela classe, especialmente pelos Auditores que trabalham na aduana e em atividades de risco, como adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade.

Ainda, o retorno ao formato de vencimento básico deveria ter restabelecido o pagamento dos anuênios e demais direitos adquiridos, beneficiando sobremaneira os Auditores mais antigos. Essa teria sido a situação caso aprovado o PL 5864 na sua versão original. Entretanto, quando editada a MP 765, foi introduzida vedação ao recebimento dos anuênios e demais direitos, contrariando o Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90) e ferindo o direito adquirido, protegido pelo Art. 5, inc. XXXVI da CF.

Do ponto de vista extra-remuneratório, o acordo contemplava o reconhecimento legal dos Auditores-Fiscais como Autoridades Tributárias e Aduaneiras da União, posicionando-os como autoridades de fato e de direito na administração tributária federal. Ademais, continha a previsão, em um único diploma normativo, de um leque de prerrogativas indiscutivelmente essenciais para a segurança jurídica, a autonomia e a efetividade do exercício dessa autoridade, atualmente presentes de forma esparsa na legislação, além de outras garantias até então previstas apenas para a Magistratura e o Ministério Público.

O jogo de interesses no Congresso Nacional, a postura ambígua do governo, a sabotagem de bastidores, as falhas da atual DEN na condução do processo e a falta de compreensão de alguns parlamentares acerca do papel republicano dos Auditores-Fiscais levaram à desfigura-

ção do projeto original e à não consecução de alguns dos mais importantes pontos acordados.

Tudo isso arrastou a Receita Federal para uma crise sem precedentes, conduzindo os Auditores para a mais longa e desgastante mobilização da sua história. Três anos após o início do movimento, inúmeros impasses permanecem, questões caras à classe continuam em aberto e o órgão vive uma crise de identidade. A velha Receita Federal veio abaixo sem que uma nova fosse colocada em seu lugar.

O Novo Rumo defende, como ponto de partida, o resgate da pauta não remuneratória, buscando o restabelecimento dos pontos descumpridos do acordo, bem como, destacadamente, a paridade aos aposentados no pagamento do bônus de eficiência, a exemplo do que ocorre na ampla maioria dos fiscos estaduais.

A valorização do órgão e da autoridade do Auditor-Fiscal será uma luta permanente, exigindo a atuação integrada de todas as instâncias do sindicato, a participação efetiva da classe e a busca do engajamento da sociedade pelo reconhecimento da essencialidade do nosso cargo.

Acreditamos que a celeuma bônus x subsídio não tem resposta simples, nem deve ser vista sob o enfoque dogmático, mas de acordo com a conjuntura. Há muito se confunde subsídio com paridade, como se fossem sinônimos. Na verdade, há inúmeras carreiras que recebem por subsídio e não têm paridade, como a Magistratura, o Ministério Público, a AGU, enquanto há inúmeras carreiras que recebem por vencimento básico (mais gratificação) e possuem paridade, a exemplo dos auditores do TCU, servidores do Judiciário da União, e dos fiscos estaduais. Uma visão de futuro deve considerar qual formato melhor nos protegerá de um potencial período inflacionário e das limitações impostas pela Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, ressaltando que todas as decisões relativas a futuras negociações com o governo serão tomadas pelo conjunto dos filiados, reunidos em assembleia geral.

Especificamente, as frentes de atuação que serão defendidas pelo grupo na Diretoria Executiva Nacional incluem:

a) No campo remuneratório:

- A adoção de parcela variável nos termos do acordo firmado em março de 2016, paga por meio do FUNDAF, com paridade entre ativos e aposentados, e metas exclusivamente institucionais (não individuais);
- Alteração e/ou revogação das ilegalidades do Decreto nº 9.366/18, que trata da progressão funcional dos Auditores-Fiscais;
- Restabelecimento dos adicionais compatíveis com o vencimento básico e que haviam sido suspensos por incompatibilidade com o subsídio, destacadamente os anuênios e demais direitos adquiridos;
- Valorização permanente do vencimento básico pela busca de reajustes anuais, de modo a manter seu poder aquisitivo;

b) No campo não-remuneratório:

- Restauração das prerrogativas privativas constantes no acordo de 2016;
- Continuidade da desconcentração do poder decisório na Receita Federal;
- Preservação das atribuições privativas dos Auditores-Fiscais, com a revisão do Mapeamento de Processos;
- Defesa da aprovação da LOF (Lei Orgânica do Fisco), com previsão da Lista Tríplice para o cargo de Secretário, e da PEC 186 (previsão constitucional da LOF) no Congresso Nacional;
- Regulamentação do uso do *pin* como forma de identificação oficial dos Auditores-Fiscais nas repartições do Ministério da Fazenda;
- Realização de treinamentos exclusivos para Auditores-Fiscais em matérias de sua competência, bem como readequação do espaço físico das unidades da Receita Fe-

deral, visando à reserva de salas privativas e com infraestrutura apropriada ao trabalho intelectual que realizamos;

- Revogação da previsão legal da chamada "competência concorrente", que implica ineficiência do órgão e/ou malversação de recurso público, quando a Auditores-Fiscais são cometidas atividades de baixa complexidade;

- Substituição dos controles de freqüência por relatórios de acompanhamento de atividades, adequados à natureza das atribuições do cargo;

- Acesso pleno aos sistemas da Receita Federal pelos Auditores-Fiscais, eliminando a burocracia e os entraves ao trabalho de investigação;

- Extinção do chamado "lixo normativo", atos administrativos que restringem a autonomia e a atuação dos Auditores-Fiscais, a exemplo da chamada "Portaria da Mordaça" e "Portaria do Acesso Imotivado";

- Criação de uma carreira exclusiva para os Auditores-Fiscais;

- Porte de arma de fogo para os Auditores-Fiscais, emitido pela Receita Federal, atendidos os requisitos da Lei nº 10.826/2003, fazendo constar tal prerrogativa na carteira funcional;

Paralelamente a essas medidas, elencamos ainda algumas ações que reputamos importantes para o prestígio do cargo, a partir de exemplos observados em outras carreiras de Estado:

- Realização de cerimônias nacionais de posse aos ingressantes no cargo, com a presença de autoridades de alto escalão de todos os poderes da República;

- Promoção de eventos técnicos, políticos e jurídicos de âmbito nacional, com vistas a projetar o cargo na discussão de temas afetos ao Sistema Tributário Nacional, à Seguridade Social e à Aduana;

- Reconhecimento do mérito de iniciativas protagonizadas por Auditores-Fiscais que contribuam para o aperfeiçoamento da legislação tributária, para a melhoria do desempenho da administração tributária e para a valorização do cargo, mediante premiação simbólica divulgada em ações de mídia.

2.2 - Independência em Relação à Administração da Receita Federal

A valorização da autoridade fiscal é indissociável do fortalecimento e da credibilidade da Receita Federal. Em anos mais recentes, enquanto vimos instituições como a Polícia Federal, o Ministério Público e a Procuradoria da Fazenda Nacional ganharem espaço junto à sociedade e à mídia, a Receita Federal vem enfrentando crescente descrédito, possuindo patentes dificuldades de legitimação e sofrendo perdas acentuadas de orçamento, o que compromete a consecução plena dos objetivos da instituição.

A sociedade, não raro, percebe a Receita Federal como braço do governo, em vez de órgão de Estado. Parte expressiva da responsabilidade por esse cenário deve ser atribuída à própria Administração da Receita, fechada em copas sob um arcaico conceito de sigilo fiscal, incapaz de dialogar adequadamente com a imprensa e a sociedade. Por isso, o Sindifisco deve assumir uma postura imparcial e crítica, de modo a vigiar e cobrar uma gestão pautada pelos princípios e valores consagrados no texto constitucional, de maneira condizente com uma instituição de Estado da envergadura da Receita Federal.

Conquanto a independência em relação à administração seja um dos princípios constantes do Estatuto do Sindifisco, temos testemunhado em anos recentes uma verdadeira captura do sindicato pela cúpula da Receita Federal. Isso talvez explique por que nossa representação tem falhado em cumprir seu papel de fiscalizador da gestão, deixando de questionar a utilização de recursos em projetos

e iniciativas de caráter duvidoso, em vez de sua aplicação em ações que efetivamente fortaleçam a administração tributária e resguardem o interesse público.

O Novo Rumo enxerga como essencial que o sindicato exerça esse papel crítico. Propomos diálogo, não subordinação. Defendemos aliança em prol dos interesses maiores do cargo e da Receita Federal, não subserviência.

Acreditamos que as funções de confiança e os cargos em comissão devem ser reduzidos a um número mínimo possível, restringindo o seu escopo a tarefas burocrático-administrativas e restituindo poder decisório pleno em matéria tributária e aduaneira às verdadeiras autoridades do órgão, os Auditores-Fiscais.

Para concretizar essa mudança de postura, elencamos as seguintes providências a serem adotadas pelo Sindifisco em suas relações com a administração da Receita Federal:

- Defesa de um modelo rotativo e democrático de seleção e ocupação de chefias no âmbito da Receita Federal, com os Superintendentes e titulares de Unidade sendo escolhidos por seus pares Auditores-Fiscais e com previsão de período de quarentena, visando diminuir o tempo médio de permanência nos cargos comissionados e, assim, reduzir as chances de seu desvirtuamento em práticas patrimonialistas;

- Vigilância permanente de quaisquer projetos e iniciativas da administração concernentes às autoridades fiscais e aos cargos de servidores auxiliares, zelando para que não haja invasão das competências exclusivas dos Auditores-Fiscais;

- Questionamento em âmbito administrativo e judicial de toda e qualquer iniciativa considerada lesiva ao cargo, ou contrária aos interesses da Administração Tributária Federal, especialmente quanto ao desperdício e má gestão de recursos públicos;

- Defesa de uma reformulação da política de pessoal do órgão, para que a alocação dos Auditores-Fiscais nas unidades seja condizente com sua atribuições privativas, bem como com o papel de direção dos Auditores-Fiscais na instituição;

- Transformação na política de comunicação do órgão, para que enfatize o papel das autoridades fiscais e suas ações mais relevantes;

- Reformulação do curso de formação, para que possa fornecer aos ingressantes uma visão global da importância do cargo, sua função perante a sociedade, seu papel na administração tributária e outros pontos essenciais ao exercício da autoridade.

2.3 - Redesenho da Estrutura e Forma de Atuação do Sindicato

O Sindifisco Nacional possui uma das maiores estruturas dentre os sindicatos no Brasil. Além da Diretoria Executiva Nacional e das mais de oitenta Delegacias Sindicais espalhadas país afora, existem as instâncias deliberativas nacionais (Conselho de Delegados Sindicais, Plenária Nacional e CONAF), os órgãos fiscalizadores (Conselho Fiscal Nacional, Comissão Permanente de Orçamento e os Conselhos Fiscais das Delegacias Sindicais), e ainda os Conselhos Curadores do Jurídico e do Unafisco Saúde.

Não obstante esse vasto e sólido aparato sindical, o desempenho do sindicato quanto ao cumprimento dos seus objetivos estatutários tem sido bastante criticado nos últimos anos. A incapacidade de reagir tempestivamente em meio a circunstâncias adversas, o distanciamento da Diretoria Executiva Nacional em relação aos representados, a falta de transparência quanto a algumas das decisões tomadas, o atrelamento entre sindicato e administração, a dificuldade em combater as medidas de retaliação a colegas em decorrência da participação na mobilização da classe, além da omissão do sindicato em pautar e discutir publicamente temas sensíveis, como a “lista VIP das Pessoas Politicamente Expostas”, entre muitos outros fatores, têm levado

os Auditores-Fiscais a questionarem a necessidade de manutenção de tal estrutura, cujos resultados têm ficado aquém do esperado pela classe.

O Novo Rumo entende que é preciso repensar o Sindifisco Nacional e sua relação com os filiados, com o Poder Público e com a sociedade. Como decorrência dos dois eixos anteriormente expostos, redesenhar a estrutura e a forma de atuação sindical significa trazer o Auditor-Fiscal para o centro dessa estrutura e dessa atuação, de modo que elas sirvam ao propósito de valorização do cargo e não o inverso, a existência do cargo servindo de pretexto para mantê-las. Isso implica tomar todas as medidas necessárias à defesa dos interesses do cargo, ainda que em contraposição a pontos de vista ou posicionamentos de ocupantes de funções gratificadas ou cargos comissionados. Implica, ademais, acelerar a modernização e a profissionalização do sindicato, lançando mão de tecnologia da informação e das redes sociais para trazer os representados para perto dos representantes, buscando integrá-los às atividades e projetos desenvolvidos.

É preciso ocupar espaços na mídia e não se furtar ao debate dos temas que compõem o nosso âmbito de competência e conhecimento, atuar consistentemente junto ao Parlamento e à sociedade, defendendo os interesses do cargo e da Receita Federal e, ao mesmo tempo, construir o diálogo com os meios acadêmicos, para não sermos coadjuvantes nos debates acerca do Sistema Tributário Nacional, da Aduana e da Previdência Pública.

A Diretoria Nacional deve manter íntima colaboração com as Delegacias Sindicais, em um esforço uniforme e harmônico para colocar em prática as diretrizes aqui preconizadas, fornecendo o apoio e o incentivo necessários para que as representações locais possam cumprir plenamente a missão de fortalecer o cargo. O ânimo típico do período eleitoral não pode contaminar o exercício dos mandatos e, passadas as eleições, temos que apostar na união, na solidariedade e no trabalho conjunto.

Por fim, defendemos ainda o reconhecimento público às iniciativas desenvolvidas por Auditores-Fiscais, de maneira individual ou coletiva, que contribuam para o engrandecimento do cargo, para a sua projeção na sociedade e para o atingimento dos nossos objetivos corporativos. Investiremos na criação de uma cultura colaborativa, de modo a aproveitar, em prol do benefício comum, os variados talentos e potencialidades existentes na nossa classe.

Em síntese, podemos elencar assim as principais propostas integrantes deste terceiro eixo:

- Modernização e profissionalização da atuação do Sindifisco e de sua relação com os representados, sobretudo por meio de novas tecnologias e das redes sociais;
- Implantação de um modelo integrativo entre as diretorias, visando potencializar resultados a partir do foco multidisciplinar nos projetos desenvolvidos;
- Construção e consolidação de relacionamentos com a academia, a imprensa e o parlamento, de modo a retomar o protagonismo do cargo na discussão de temas concernentes ao Sistema Tributário Nacional, à Aduana e à Previdência Pública;
- Colaboração com as Delegacias Sindicais para a realização de projetos e atividades de promoção e defesa dos Auditores-Fiscais;
- Estímulo ao desenvolvimento de uma cultura colaborativa, por meio do reconhecimento de iniciativas da base que contribuam para dignificar e fortalecer o cargo;
- Formulação periódica de pesquisas junto à classe, para aferir o nível de satisfação com o trabalho e com a condução da Receita Federal, levantar informações mais precisas a respeito da classe e apurar o sentimento acerca da atuação do sindicato;
- Realização de visitas freqüentes dos membros da Diretoria Executiva Nacional às Delegacias Sindicais, visando ao estreitamento dos vínculos entre os dirigentes e a base;

3. NOSSAS PROPOSTAS

3.1 - Administração e Finanças

TRANSPARÊNCIA NO CONTROLE DOS GASTOS

Tem-se observado uma preocupação constante da classe com a utilização e controle dos recursos oriundos das contribuições dos filiados. Em que pese a publicação periódica dessas informações por meio do site do Sindifisco Nacional, na forma dos demonstrativos contábeis elaborados pela Diretoria de Administração e Finanças e dos pareceres elaborados pelo Conselho Fiscal, além de outras publicações correlatas, observa-se que ainda há reclamações por parte de muitos filiados quanto à acessibilidade de tais dados.

Diante disso, o Novo Rumo propõe a criação de uma nova forma de divulgação dos dados referentes ao controle dos gastos, à semelhança de um "Portal da Transparência", onde o filiado poderá, por meio de uma interface amigável e intuitiva, acompanhar os relatórios fiscais, as demonstrações contábeis e as análises e pareceres acerca da evolução das contas da entidade.

RACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS

Além de maior transparência e controle dos gastos pelos filiados, o Novo Rumo propõe uma revisão de toda a estrutura do sindicato, de forma a identificar possíveis fontes de desperdício de recursos e buscar alternativas para eliminá-las, racionalizando gastos e direcionando investimentos para as áreas prioritárias de atuação. Entendemos também necessário repensar o modelo organizacional do Sindifisco Nacional e discutir com a classe formas de otimização da estrutura que temos à disposição.

3.2 - Aposentados e Pensionistas

DEFESA DA PARIDADE

Defendemos a luta permanente pela paridade remuneratória entre ativos e aposentados, nos termos da Constituição Federal, direito este que contempla a quase totalidade dos aposentados e, potencialmente, cerca de 75% dos ativos, aqueles que ingressaram no serviço público antes da EC 41/03. Nosso compromisso é com a defesa da paridade, independentemente do formato remuneratório, pois sabemos que há diversos exemplos de carreiras com subsídio e sem paridade, assim como há muitos exemplos de carreiras com vencimento básico e com paridade.

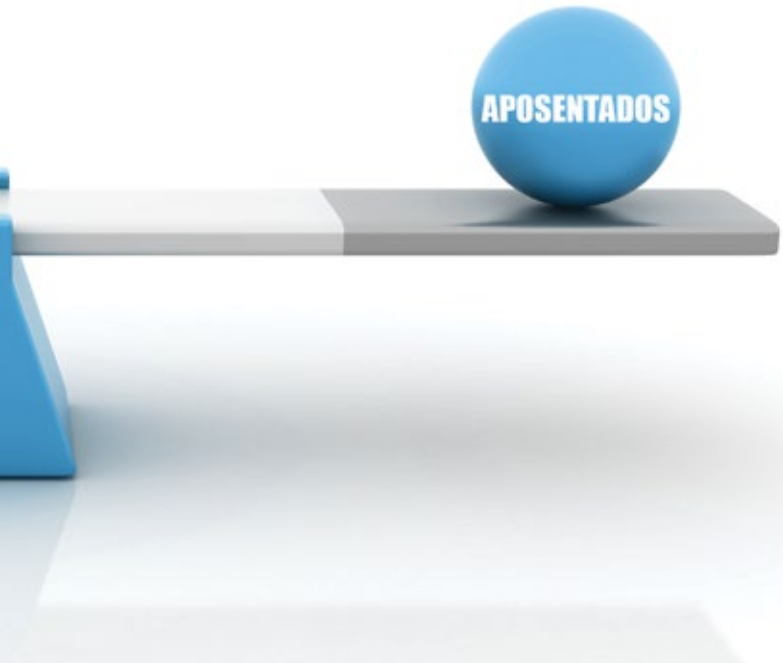
Não se pode ignorar que a remuneração dos Auditores-Fiscais por vencimento básico é um dado da realidade, consta da Lei nº 13.464/17, de tal forma que a luta, a

princípio, deve se dar pela extensão do bônus integral aos aposentados. Existem outras possibilidades de solução para a paridade que também podem ser buscadas, como o retorno do subsídio ou a incorporação do bônus ao vencimento básico. Mas sabemos que para o governo não importa a nomenclatura, mas o quanto será gasto com essa ou aquela medida.

O bônus tem fonte própria, o FUNDAF, com tendência histórica de crescimento e cujos recursos são destacados do Orçamento da União. A paridade do bônus aos aposentados não traria impactos quanto às despesas para o Executivo, o que torna, em tese, mais viável uma negociação.

No âmbito do Legislativo, propomos a realização de ações estratégicas no parlamento com apoio da Diretoria de Assuntos Parlamentares e do trabalho parlamentar realizado nas bases dos congressistas, com apoio das Delegacias Sindicais, de forma a encontrar as melhores formas de pautar o assunto e garantir sua aprovação em meio às discussões legislativas.

Por fim, no âmbito judicial, atuaremos em parceria com a Diretoria de Assuntos Jurídicos, de forma a subsidiar as ações judiciais pertinentes, ajuizadas sob o patrocínio de escritórios de referência em âmbito nacional para garantir as melhores chances de êxito aos aposentados e pensionistas.



INFORMAÇÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

É imprescindível elevar o nível de informação aos aposentados e pensionistas, através dos meios de comunicação do Sindifisco. Defendemos a reformulação do IDAAP, Informativo da Diretoria de Assuntos de Aposentadoria e Pensões, de forma a facilitar o acesso dos aposentados e pensionistas a notícias técnicas de esclarecimento e conhecimento, mantendo-os permanentemente atualizados sobre os seus direitos.

Propomos também a realização de encontros regionais e nacionais, com palestras, informações e discussões sobre temas de interesse dos aposentados, fomentando sempre a conciliação de interesses entre ativos e aposentados e o fortalecimento do sindicato em sua luta em prol de todos os filiados.

INTERAÇÃO ENTRE O SINDICATO E OS APOSENTADOS

Entendemos que o filiado aposentado pode e deve continuar exercendo seus talentos e habilidades em prol do cargo, por intermédio de um modelo de participação colaborativa com o Sindifisco Nacional, seja pela autoria de artigos e textos de cunho técnico e jurídico, seja como palestrante ou ministrador de cursos e atividades correlacionadas ao cargo, ou ainda como colaborador das diversas diretorias da DEN e das Delegacias Sindicais entre muitas outras atividades.

Defendemos o envolvimento efetivo dos aposentados em todas as atividades e discussões no âmbito do Sindifisco Nacional. Propomos ainda uma maior interação entre o sindicato e os aposentados, com o auxílio da tecnologia e das redes sociais, de forma a conhecer melhor suas necessidades e proporcionar à DEN uma atuação condizente com seus interesses.

3.3 - Assuntos Jurídicos

A Chapa Novo Rumo entende que as ações judiciais são uma ferramenta efetiva de proteção dos direitos dos nossos filiados, sejam eles relacionados às prerrogativas do cargo ou às ações de cunho econômico. A negociação e a luta política não deixarão de acontecer em nenhum momento, mas, se não se mostrarem efetivas, e consultada a classe sobre o momento adequado, buscaremos tais direitos no Judiciário, com assistência de escritórios de referência em âmbito nacional.

CONTRATAÇÃO DOS MELHORES ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

A história das ações judiciais do sindicato mostra de maneira clara o perigo de se entregar o patrocínio das ações judiciais de interesse dos Auditores-Fiscais, muitas delas de grande impacto econômico, ao seu quadro próprio de advogados empregados, ou a escritórios de advocacia que não sejam especializados ou não ofereçam estrutura compatível com o vulto de nossas ações. A execução dos 28,86% estava se perdendo por conta de estratégias que se mostraram equivocadas. Foi com a substituição dos patronos da ação e a contratação de advogados de renome que a DEN conseguiu reverter o iminente prejuízo que se traduziria no entendimento do STJ de que os auditores teriam direito a apenas 2,2%, e não 28,86%.

Este preâmbulo é necessário para que fique absolutamente claro que o Novo Rumo propõe que as causas de interesse dos Auditores-Fiscais sejam patrocinadas pelos profissionais mais especializados em sua área de atuação, escolhidos de maneira objetiva e imparcial.

A Diretoria de Assuntos Jurídicos compreende perfeitamente a justa expectativa de milhares de filiados e suas famílias e não medirá esforços para oferecer o que existir de melhor no meio jurídico para que nossas chances de êxito sejam as maiores possíveis para cada demanda judicial.

SEPARAÇÃO DE CARREIRAS

No âmbito do Supremo Tribunal Federal há em curso uma ação direta de inconstitucionalidade, promovida pela Unafisco Associação Nacional, que pleiteia o reconhecimento de que os cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil pertencem a carreiras distintas, sendo o Sindifisco Nacional *amicus curiae*. Este é um tema vital aos interesses da classe. Assim, propomos o oferecimento de todo e qualquer subsídio técnico, humano, jurídico e até financeiro para que esta ação possa, efetivamente, prosperar.

A busca de uma decisão judicial que aplique os preceitos constitucionais e promova a separação definitiva das carreiras será sempre preocupação prioritária da Diretoria de Assuntos Jurídicos.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA INDIVIDUAL

Aperfeiçoar a Assistência Jurídica Individual, AJI, é uma de nossas principais pretensões para a Diretoria de Assuntos Jurídicos, tornando a assistência mais ágil e cada vez mais efetiva nas respostas às demandas dos filiados. Inspirada no formato de plano de saúde, possui convênios junto a escritórios de advocacia e também possibilidade de livre escolha pelo filiado.

Dadas as suas limitações de financiamento, o aperfeiçoamento proposto passa também pela rediscussão de sua dotação orçamentária.

ANUÊNIOS, PARIDADE E OUTRAS VANTAGENS

A alteração do formato remuneratório de subsídio para vencimento básico trouxe duas questões primordiais para parcela representativa dos filiados, que terão especial atenção da Diretoria de Assuntos Jurídicos: restabelecimento da paridade, com pagamento do bônus integral aos aposentados e pensionistas com paridade; e pagamento dos anuênios e das demais vantagens conquistadas administrativamente ou judicialmente ao longo da carreira. Os denominados direitos adquiridos deixaram de ser pagos em 2008 por serem considerados incompatíveis com o subsídio, mas são devidos a todos os servidores públicos federais que recebem por vencimento básico, nos termos da Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico Único).

COMUNICAÇÃO COM O FILIADO

A premissa da transparência esposada pelo Novo Rumo impõe à Diretoria de Assuntos Jurídicos uma reformulação na comunicação com os Auditores-Fiscais, especialmente no que diz respeito ao acesso às informações atualizadas dos processos de seu interesse.

Neste sentido, propomos uma reavaliação de todo o modelo de comunicação existente, especialmente do sistema eletrônico de consulta processual, tornando-o efetivamente amigável e intuitivo. A par disso, propomos também inserir novas modalidades de comunicação, por meio de aplicativos específicos e redes sociais, onde, além de consultar as ações judiciais de seu interesse, o filiado poderá apresentar sugestões, propostas e reclamações. Embora os meios digitais de comunicação sejam ferramentas importantes, a Diretoria de Assuntos Jurídicos buscará aprimorar a estrutura para que os filiados possam diretamente entrar em contato para esclarecer suas dúvidas e obter informações.

LEVANTAMENTO DE CONTRATOS

Devido ao grande número de escritórios atuantes nas mais diversas ações de interesse da classe, propomos a realização de uma avaliação minuciosa de todos os contratos vigentes celebrados pelo Sindifisco com advogados externos, com o intuito de buscar o seu aperfeiçoamento e, quando possível, repactuá-los, buscando a racionalização do seu controle e a eficiência na aplicação de recursos.

DIÁLOGO COM OUTRAS ENTIDADES

A existência de diversas entidades associativas competentes para propor ações judiciais de interesse dos Auditores-Fiscais, tanto em nível nacional como regional, impõe cuidados para evitar conflitos e eventuais prejuízos. Assim, propomos um diálogo permanente entre as diretorias jurídicas dessas entidades, diálogo este que vai prevenir circunstâncias jurídicas indesejáveis e o desperdício de recursos financeiros.

NOVAS AÇÕES JUDICIAIS

O Decreto de Progressão e Promoção (nº 9.366/18) trouxe uma série de ilegalidades, com destaque para a criação do malfadado plano de trabalho individual (art 5º). Causou perplexidade a exigência de concordância e assinatura dos Auditores-Fiscais, que, assim, se comprometem com a chefia a alcançar determinadas metas, como um contrato entre empregado e empregador. Será exigida para promoção a participação em cursos de aperfeiçoamento e especialização.

É absurdo criar tal obrigação aos Auditores-Fiscais, em boa parte espalhados em pontos de fronteira e em locais de difícil provimento, sem garantir que a Receita Federal propiciará esses cursos. Ainda, dentre outros absurdos, o Auditor-Fiscal deverá comprovar experiência profissional e acadêmica em temas relacionados às atribuições do cargo.

Em paralelo à tentativa de reversão de tais ilegalidades perante o novo governo, pela via administrativa, a Diretoria de Assuntos Jurídicos irá se debruçar com afinco sobre esse tema, com os melhores profissionais possíveis, para que tais ilegalidades sejam afastadas in totum do ordenamento jurídico.

Ainda na linha da Valorização do Cargo e da Autoridade do Auditor-Fiscal, a Diretoria de Assuntos Jurídicos se propõe a, sempre que necessário, provocar o Ministério Público e o Poder Judiciário em face de condutas e atos normativos que restrinjam arbitrariamente o pleno exercício da autoridade fiscal e/ou violem a probidade administrativa, buscando a responsabilização civil e penal dos agentes envolvidos.

3.4 - Atuação Parlamentar

PROFISSIONALIZAÇÃO DO TRABALHO PARLAMENTAR

O Sindifisco Nacional deve manter acompanhamento estreito de todas as pautas legislativas de interesse da classe, bem como de quaisquer projetos que tenham implicação sobre o cargo, sobre a Receita Federal ou o Sistema Tributário Nacional. É preciso também conhecer mais sobre os parlamentares, compreender seus posicionamentos, aperfeiçoar a capacidade de diálogo e construir relacionamentos duradouros que permitam ao sindicato influenciar o processo legislativo na defesa dos interesses do cargo.

Para atingir esse objetivo, o Novo Rumo entende como fundamental a contratação de uma assessoria especializada e com reconhecida competência para fazer o acompanhamento parlamentar e orientar o sindicato quanto às formas de abordagem de temas sensíveis e às estratégias adequadas para influenciar os projetos que impactam os Auditores-Fiscais e suas atividades.

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DE BASE

Paralelamente à profissionalização do trabalho parlamentar em nível nacional, o Novo Rumo propõe ainda o fortalecimento da abordagem nas bases eleitorais dos congressistas e demais atores políticos. O fortalecimento do trabalho nos estados, em sintonia com os objetivos delineados em nível estratégico, possui melhor perspectiva de êxito e maior capacidade de influência. Destarte, será fundamental congregar as Delegacias Sindicais em um esforço amplo e organizado, com a coordenação da diretoria parlamentar.

Nesse ponto, vamos estimular um maior protagonismo das Delegacias Sindicais na realização de eventos políticos locais, como os "Cafés com Política", audiências públicas nas Câmaras e Assembleias Legislativas, entre outros, com o intuito de aproximar o sindicato dos agentes políticos e da sociedade civil e dar publicidade aos posicionamentos do Sindifisco Nacional acerca de assuntos atinentes à nossa esfera de atuação.

3.5 - Comunicação Social

COMUNICAÇÃO PROFISSIONAL E INTEGRADA

Uma das prioridades nessa área será estabelecer um modelo integrado com as Delegacias Sindicais para a produção e divulgação de notícias e informações de interesse da classe, por meio da instituição de canais oficiais de interlocução, com o objetivo de dinamizar a comunicação, bem como atuar de forma articulada com uma assessoria de imprensa profissional que possibilite o aproveitamento das melhores oportunidades de mídia para construir a imagem positiva desejada pelo cargo.

ELABORAÇÃO DE MANUAL DE REDAÇÃO E EDIÇÃO

A comunicação do sindicato (DEN e DS) precisa ser uniformizada, através da construção de regras claras acerca da abordagem jornalística dos diferentes eventos que compõem o dia a dia dos Auditores-Fiscais. A divulgação de informes e notícias precisa expressar com exatidão e deferência a relevância do papel dos Auditores em suas respectivas áreas de atuação, servindo como canal para valorização da autoridade do cargo.

Com esse objetivo, propomos a elaboração de um Manual de Redação e Edição, com preceitos a serem observados na produção de conteúdos para a mídia e para as redes sociais.

MONITORAMENTO PERMANENTE DA MÍDIA

Como forma de entender e aprimorar a construção da imagem social dos Auditores-Fiscais, é necessário acompanhar diariamente o que a grande mídia publica a respeito do trabalho da classe. Para isso, propomos a criação de um banco de dados com informações compiladas

de notícias, matérias e reportagens que possam subsidiar nossa atuação junto aos veículos de comunicação.

SINDIFISCO NAS REDES

A importância da divulgação do trabalho dos Auditores-Fiscais para a construção da legitimidade social do cargo aponta para a necessidade de uma presença ativa e constante do Sindifisco nas redes sociais.

Propomos que o sindicato tenha uma página de perfil oficial nas principais redes sociais (v.g. Facebook, Twitter, Instagram), promovendo ampla divulgação e que permita, via assessoria especializada, o monitoramento das reações do público. Defendemos ainda a reformulação das páginas existentes para enfatizar a relevância do cargo e nosso papel como autoridades tributárias da União.

Propomos também a utilização da TV SINDIFISCO como um ativo produtor de conteúdo a ser divulgado por intermédio das redes, abordando o cotidiano do trabalho do Auditor-Fiscal, especialmente quanto ao combate à corrupção e sonegação, mas também realizando entrevistas e programas voltados à discussão de temas relacionados às questões tributárias e aduaneiras, fomentando a opinião pública em favor da classe e auxiliando a construção de uma imagem positiva dos Auditores-Fiscais junto à sociedade.

> *"A importância da divulgação do trabalho dos Auditores-Fiscais para a construção da legitimidade social do cargo aponta para a necessidade de uma presença ativa e constante do Sindifisco nas redes sociais."*

3.6 - Defesa Profissional

FOCO EM ATUAÇÃO PREVENTIVA

A Diretoria de Defesa Profissional tem recebido demanda crescente por assistência em razão de denúncias de ataques pessoais e retaliações contra Auditores-Fiscais envolvidos na mobilização dos últimos três anos. Embora essa atuação a *posteriori* seja indispensável, entendemos que a Diretoria de Defesa Profissional deve ter um papel mais proativo e atuar de forma preventiva, buscando avaliar as causas que levam ao surgimento de tais situações e combater o problema no seu nascedouro, através de ações em parceria com outras diretorias pertinentes ao caso.

VALORIZAÇÃO DO CARGO COMO PRIORIDADE

Cremos ser essencial incluir a valorização do cargo e da autoridade tributária entre as diretrizes da pasta, modificando sua nomenclatura, por meio de proposta de alteração estatutária, para Diretoria de Valorização da Autoridade e Defesa Profissional.

Mais do que um gesto simbólico, a proposta objetiva cometer à pasta a responsabilidade pelo planejamento e realização de ações e iniciativas que visem ao fortalecimento do cargo e à promoção da autoridade fiscal.

3.7 - Estudos Técnicos

ATUAÇÃO INTEGRADA E MULTIDISCIPLINAR

A Diretoria de Estudos Técnicos possui indiscutível importância no subsídio ao trabalho das demais diretorias do Sindifisco Nacional, destacadamente o trabalho parlamentar. Defendemos a adoção de um modelo participativo e integrado, onde a realização de ações e iniciativas de outras pastas contem com a participação e o suporte constante da Diretoria de Estudos Técnicos no fornecimento de informações e análises criteriosas para a tomada de decisão.

Desejamos também ampliar a gama de colaboradores dessa pasta, identificando colegas capacitados e que possam contribuir com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos estudos, com a realização de pesquisas e com a avaliação crítica dos trabalhos realizados.

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

Os Auditores-Fiscais precisam de um veículo especializado para propagar sua produção intelectual e acadêmica, uma vez que, como autoridades em matéria tributária, previdenciária e aduaneira, são os atores mais qualificados para influenciar o debate público em tais temáticas, contribuindo para direcionar os esforços sociais e políticos na busca do aperfeiçoamento da legislação e do fortalecimento das ações governamentais nessas áreas.

Assim, propomos a criação de um espaço próprio para a difusão e debate das ideias nascidas no seio da classe. Tal espaço, naturalmente, estaria aberto à participação dos filiados e supriria a produção acadêmica necessária à progressão conforme o modelo vigente.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS EXTERNOS

Tendo em vista o papel do Sindifisco Nacional como entidade representativa das autoridades tributárias e aduaneiras da União, é de suma importância que o sindicato promova e patrocine eventos que abordem matérias relacionadas ao Sistema Tributário Nacional, Aduana e Comércio Exterior, Seguridade Social, administração tributária e temas afins. A Diretoria de Estudos Técnicos deve articular e conduzir a realização de fóruns, seminários e palestras, atuando em conjunto com outras diretorias e em parceria com as Delegacias Sindicais, de forma a ampliar o protagonismo dos Auditores-Fiscais na discussão desses assuntos e dar projeção social ao cargo.

REDISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

É inegável que há um grande nível de insatisfação com o modelo autocentrado e ineficiente de administração tributária implantado na Receita Federal. Entendemos que é um dever do sindicato criticar e discutir a organização, as práticas, as ações, os projetos, e acompanhar a utilização dos recursos, entre outras iniciativas afins. Por isso, advogamos uma participação mais efetiva da Diretoria de Estudos Técnicos nessa discussão, buscando um modelo mais apropriado de administração tributária, mais condizente com o interesse público e com a missão precípua da Receita Federal.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS

É importante que o Sindifisco Nacional celebre parcerias estratégicas com empresas e instituições que possam oferecer benefícios relevantes à classe. Um exemplo disso são os convênios com instituições de ensino de renome nacional para oferecimento de cursos de especialização em matéria tributária, previdenciária ou aduaneira. Tais parcerias devem ser orientadas pelas necessidades prioritárias da classe.

3.8 - Plano de Saúde

MODERNIZAÇÃO E MELHORIAS NO UNAFISCO SAÚDE

O Unafisco Saúde é uma das mais importantes conquistas dos filiados do Sindifisco Nacional, tendo sido criado em 1992. Atualmente congrega quinze mil vidas, correspondendo aos cerca de cinco mil auditores titulares do plano. Durante sua existência vem proporcionando atendimento médico e hospitalar de excelente qualidade aos Auditores-Fiscais, seus familiares e agregados.

Trata-se de um plano de saúde diferenciado daqueles existentes no serviço público, pois o beneficiário possui um atendimento personalizado, inclusive tendo acesso, quando necessário, ao próprio colega diretor do plano ou seu adjunto.

A continuidade dos serviços prestados pelo Unafisco Saúde, sempre com a meta de melhorar a sua qualidade e dispor de tecnologias modernas para servir seus usuários dos diversos módulos é, portanto, uma exigência da classe.

Propomos, entre outras ações:

a) Captação de novos beneficiários, via campanhas e visitas “in loco” às Delegacias Sindicais;

b) Atualização tecnológica, inclusive quanto às novidades do Mobile;

c) Reembolso online e aperfeiçoamento do “Fale Conosco”;

d) Incremento tecnológico do site do Unafisco Saúde;

e) Campanha de check-up visando à prevenção de doenças;

f) Campanhas de vacinação (gripe, febre amarela e outras);

g) Busca de parcerias para aumento da rede credenciada, visando dar melhor atendimento aos beneficiários;

h) Criação do Plano Premium III com coparticipação e aluguel de rede credenciada, uma vez que os Planos Premium I e II estão fechados para novas adesões.

3.9 - Relações Internacionais e Intersindicais

APROXIMAÇÃO COM ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CARREIRAS DE ESTADO

Considerando o papel estatutário da Diretoria de Relações Internacionais e Intersindicais como elo entre o Sindifisco Nacional e outras entidades de classe, buscaremos a formulação de um plano de ação conjunto com as representações das demais carreiras típicas de Estado em torno de pautas de interesse convergente, preservadas sempre as demandas específicas da nossa classe.

Defendemos, sobretudo, uma aproximação com as organizações representativas de autoridades fiscais em âmbito estadual e municipal, buscando fortalecer a administração tributária em nível nacional e trabalhar em parceria pela aprovação da LOF (Lei Orgânica do Fisco) no Congresso Nacional. Acreditamos também ser inadiável a retomada do protagonismo do Sindifisco no

âmbito do FONACATE (Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado).

IMPULSIONAMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Defendemos a integração do Sindifisco Nacional em fóruns internacionais de discussão de temáticas na área fiscal, bem como sua aproximação com entidades de autoridades tributárias e aduaneiras de outros países, visando incrementar o intercâmbio de conhecimentos e experiências que possam contribuir para o aprimoramento das nossas propostas de melhoria da administração tributária brasileira e do Sistema Tributário Nacional.

3.10 - Seguridade Social, Justiça Fiscal e Defesa da Cidadania

ACOMPANHAMENTO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Entendemos como de extrema relevância o acompanhamento minucioso do Funpresp e de seu equilíbrio financeiro e atuarial, objetivando resguardar os direitos dos Auditores-Fiscais vinculados ao plano. Pretende-se dar à Diretoria de Seguridade Social, Justiça Fiscal e Defesa da Cidadania um papel preponderante no monitoramento do regime de previdência complementar.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO

Em parceria com a Diretoria de Estudos Técnicos e com as Delegacias Sindicais, a pasta de Seguridade Social, Justiça Fiscal e Defesa da Cidadania deve ter uma agenda de seminários e eventos técnicos, com vistas a discutir o sistema tributário, a seguridade social e a justiça fiscal, dirigidos ao público interno e externo, sobretudo em associação com instituições acadêmicas e entidades da sociedade civil interessadas em tais temáticas, buscando sempre a valorização do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal.

4. PERFIL DOS CANDIDATOS

1º Vice-Presidente

Nome: Ayrton Eduardo de Castro Barros

Concurso: 1991

Lotação: DRF/Goiânia (GO)

Formação: Engenheiro Agrônomo, Pós-graduado em Contabilidade Prática Avançada e Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Vice-Presidente da DS Goiás do Unafisco Sindical (2005-2007). Presidente da DS Goiás do Unafisco Sindical (2007-2009). Presidente da DS Goiás do Sindifisco Nacional (2009-2011). Presidente da Mesa Diretora do Conselho de Delegados Sindicais (2009-2011). Secretário-Geral da DEN do Sindifisco Nacional (2012-2013). 1º Vice-Presidente da DEN do Sindifisco Nacional em 2014 (de janeiro a outubro).

Presidente

Nome: Kleber Cabral

Concurso: 1994

Lotação: DEMAC/São Paulo (SP)

Formação: Engenharia Mecatrônica e Direito

Atividades Sindicais/Associativas:

Atual presidente da Unafisco Associação Nacional, desde Jun/2016; Vice - Presidente da Unafisco Associação Nacional (2013 - 2016); Diretor-adjunto de Assuntos Jurídicos da Unafisco Associação Nacional (2010-2013); Diretor Jurídico da Unafisco Associação Nacional (2007-2010); Diretor-adjunto de Assuntos Jurídicos (2007-2009) da Diretoria Executiva Nacional do Unafisco Sindical; Diretor Jurídico da Unafisco Regional de São Paulo (2005 - 2007).

2º Vice-Presidente

Nome: Jesus Luiz Brandão

Concurso: 1976

Lotação: Aposentado/DS Londrina (PR)

Formação: Direito e pós-graduado em Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Presidente da Unafisco Seccional de Campinas (1982-1991). 1º Secretário do Unafisco Nacional (1987-1989). 1º Vice-Presidente da Unafisco Seccional de Campinas (1992-1993). Presidente da DS Campinas (1993-1995). Diretor Adjunto de Assuntos Parlamentares do Unafisco Sindical (1997-1999). Presidente da DS Londrina (1997-1999). Diretor do Unafisco Saúde (2007-2013). Diretor de Aposentados da DS Londrina (2009-2013).Vice-Presidente da DS Londrina (2013-2018).

Secretária Geral

Nome: Mariana Ribeiro de Araújo

Concurso: 2014

Lotação: DIRAC/SRRF01/Brasília (DF)

Formação: Administração

Atividades Sindicais/Associativas:

Representante da 1ª RF no Comando Nacional de Mobilização no período de 09/2016 a 07/2018.

Diretor Secretário

Nome: Paulo Roberto Pereira Ferreira

Concurso: 2012

Lotação: DRF/Goiânia (GO)

Formação: Engenharia Elétrica e pós-graduado em Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Delegado eleito pela Delegacia Sindical de Goiânia do Sindifisco Nacional para Plenária em outubro de 2015. Membro do Comando Local de Mobilização da Delegacia Sindical de Goiânia do Sindifisco Nacional em 2015. Vice-Presidente da Delegacia Sindical de Goiânia do Sindifisco Nacional no triênio 2016-2018. Delegado eleito e autor de teses e propostas de alteração estatutária no CONAF 2017. Presidente de Mesa da Comissão Eleitoral do Conselho Curador de Assuntos Jurídicos em 2017.

Diretora de Administração e Finanças

Nome: Maria Aparecida Gerolamo

Concurso: 1984

Lotação: Fiscalização/DERPF/São Paulo (SP)

Formação: Administração de Empresas

Atividades Sindicais/Associativas:

Diretora-Adjunta de Finanças e Contabilidade Gestão 2016/2019 – UNAFISCO NACIONAL.

1º Diretor-Adjunto de Administração e Finanças

Nome: Tiago Lima dos Santos

Concurso: 2014

Lotação: DISIT/SRRF02/Belém (PA)

Formação: Engenharia de Produção e Pós Graduando em Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Coordenador do Comando Local de Mobilização da DS PA no período de 07/2016 a 01/2018. Representante substituto do CRM02 no Comando Nacional de Mobilização no período de 07/2017 a 01/2018. Participação no CONAF 2017 como autor de proposta de reforma estatutária. Participação como membro da Comissão do CDS responsável pela organização do Caderno de Propostas a serem entregues aos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2018.

2º Diretor-Adjunto de Administração e Finanças

Nome: Elias Carneiro Junior

Concurso: 1994

Lotação: ALF/Porto de Santos (SP)

Formação: Ciências Econômicas e Ciências Jurídicas, com extensão universitária em Direito Constitucional e pós-graduado em Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Presidente da DS em Joaçaba. Três vezes Presidente, Vice-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Assuntos Parlamentares na DS Santos. Conselheiro Fiscal Nacional do antigo UNAFISCO SINDICAL. Membro eleito por duas vezes pelo CDS da Comissão Permanente Orçamentária (CPO) do SINDIFISCO NACIONAL.

Diretor de Assuntos Jurídicos

Nome: Julio Cesar Vieira Gomes

Concurso: 1997

Lotação: DRJ/Rio de Janeiro (RJ)

Formação: Direito e Administração. Doutorando e Mestre em Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Colaborador em estudos técnicos da ANFIP

1º Diretor-Adjunto de Assuntos Jurídicos

Nome: Luiz Antonio Benedito

Concurso: 1991

Lotação: Saort/DRF Marília (SP)

Formação: Ciências Contábeis; Administração de Empresas e Direito

Atividades Sindicais/Associativas:

Presidente da Delegacia Sindical em Marília (2001-2005), (2007-2013) e (2016-2018). Diretor adjunto de assuntos jurídicos do Unafisco Sindical (2003-2005). Diretor de estudos técnicos do Unafisco Sindical e posteriormente do Sindifisco Nacional (2017-2013). Diretor adjunto de assuntos jurídicos na Unafisco Associação Nacional (2013-2016). Atualmente Diretor de assuntos jurídicos da Unafisco Associação Nacional.

2º Diretor-Adjunto de Assuntos Jurídicos

Nome: Getúlio José Uba Filho

Concurso: 1997

Lotação: DRF/Blumenau (SC)

Formação: Direito, Engenharia Civil e Administração de Empresas

Atividades Sindicais/Associativas:

Presidente da Comissão de Renegociação dos Honorários de Sucumbência da Ação dos 28,86% junto ao escritório Martorelli & Advogados Associados (2016-2017).

Diretor de Defesa Profissional

Nome: Levindo Siqueira Jorge

Concurso: 2001

Lotação: Fiscalização/DRF /Juiz de Fora (MG)

Formação: Engenharia Eletrônica e Direito

Atividades Sindicais/Associativas:

Coordenador do Comando Nacional de mobilização desde novembro de 2015. Vice-Presidente do CDS no mandato de 2016/2018. Presidente da DS Juiz de Fora no mandato de 2016/2018.

Diretor-Adjunto de Defesa Profissional

Nome: Leandro Pereira de Oliveira

Concurso: 2009

Lotação: DRF/Feira de Santana (BA)

Formação: Administração e especialização e Pós-graduado em Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Trabalho Parlamentar (Bahia e Brasília); Representante da 5RF no Comando Nacional de Mobilização

Diretor de Estudos Técnicos

Nome: Marcos Zanetti London

Concurso: 2005

Lotação: Seort/DRF Novo Hamburgo (RS)

Formação: Arquitetura e Urbanismo

Atividades Sindicais/Associativas:

Membro do CLM e CNM. Criador da Campanha Diária pela Desconcentração do Poder Decisório e membro do GT da Desconcentração. Co-Autor de tese sobre o assunto, aprovada no Conaf 2017. Participou da Comissão de Acompanhamento da Pauta não Remuneratória e de Valorização do Auditor-Fiscal, criada no âmbito do CDS (maio de 2016 a dezembro de 2017).

Diretor-Adjunto de Estudos Técnicos

Nome: Hercules Maia Kotsifas

Concurso: 1987

Lotação: DRF Maringá (PR)

Formação: Letras, Direito e Pós Graduação em Direito Tributário

Atividades Sindicais/Associativas:

Representante da Unafisco em Maringá. Vice-Presidente DS Maringá (2014- 2015). Presidente da DS de Maringá (2016-2018)

Diretor de Comunicação Social

Nome: Marchezan Albuquerque Taveira

Concurso: 2012

Lotação: DRF Mossoró/RN

Formação: Jornalismo. Especialização em Gestão Pública

Atividades Sindicais/Associativas:

Diretor de Defesa Profissional e Assuntos Jurídicos da Delegacia Sindical do Mato Grosso do Sul (2014-2015). Primeiro suplente do Conselho Fiscal Nacional do Sindifisco (2015-2018).

Diretor-Adjunto de Comunicação Social

Nome: Julio César Carvalho de Araújo

Concurso: 2014

Lotação: DRF Piracicaba/SP

Formação: Gestão Pública e Pós-Graduado Auditoria e Perícia Contábil.

Atividades Sindicais/Associativas:

Membro dos Comandos Locais de Mobilização. Delegado eleito para o CONAF e CDS.

Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensões

Nome: Ildebrando Zoldan

Concurso: 1966

Lotação: Aposentado/DS Limeira (SP)

Formação: Ciências Contábeis, Econômica e Administrativa e Direito

Atividades Sindicais/Associativas:

Presidente da ACAF/SP – Assoc. dos Controladores da Arrec. Fed.(1984-1989),(1991-1993),(2000-2002)e (2004-2006).1º Secretario de Assuntos de Aposentados e Pensionistas da DEN (1995-1999).Diretor de Aposentados e Pensionistas da Unafisco Regional de São Paulo(2006-2007).Fundador com Domingos Travesso do MOSAP logo após o trabalho da Constituinte de 1988.

Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentadoria e Pensões

Nome: Márcia Regina Rangel Barbosa

Concurso: 1986

Lotação: Aposentada/ DS Campos dos Goytacazes (RJ)

Formação: Ciências Econômicas

Atividades Sindicais/Associativas:

Diretora de Assuntos de Aposentadorias e Pensões da Delegacia Sindical de Campos dos Goytacazes/RJ (2012-2013) e (2014-2015). Presidente da Delegacia Sindical de Campos dos Goytacazes/RJ (2016-2018).

Diretora Do Plano de Saúde

Nome: Maria Antonieta Figueiredo Rodrigues

Concurso: 1976

Lotação: Aposentada/DS de Santos (SP)

Formação: Direito e Ciências Contábeis

Atividades Sindicais/Associativas:

Titular do Conselho Fiscal Nacional (2009-2011). Diretora Adjunta do Unafisco Saúde (2012-2013). Diretora do Unafisco Saúde (2014-2015). Coordenadora de Eventos (1997-1999); Diretora de Administração (2001-2003), (2005-2007) e (2007-2009); Diretora da Seguridade Social (2003-2005); Diretora de Finanças (2009-2011) e (2012-2013) da Delegacia Sindical de Santos. Titular do Conselho de Curadores 8ª RF (2000-2002), (2002-2004), (2008-2010) e (2010-2012); Suplente do Conselho de Curadores 8ª RF (2006-2008);Titular do Conselho Curador (2018-2020) da Unafisco Saúde.

Diretor-Adjunto do Plano de Saúde

Nome: João José Tafner

Concurso: 2002

Lotação: DRF Campinas (SP)

Formação: Análise de Sistemas e Ciências Jurídicas

Atividades Sindicais/Associativas:

Membro da Diretoria da DS Campinas (2005-2007) e (2007-2009). Representante da Unafisco Nacional na região de Campinas.

Diretor de Assuntos Parlamentares

Nome: George Alex Lima de Souza

Concurso: 2006

Lotação: Cofis/Brasília (DF)

Formação: Engenheiro Civil e Bacharel em Direito; Especialista em Gestão Empresarial

Atividades Sindicais/Associativas:

Diretor Parlamentar (2007-2009) e Presidente da Delegacia Sindical de Brasilia (2009-2011). Secretário-Geral da Mesa do CDS (2009-2011).

Diretor-Adjunto de Assuntos Parlamentares

Nome: Marcos do Carmo Assunção

Concurso: 2012

Lotação: Seort/DRF/Cuiabá (MT)

Formação: Ciências militares e Pós-graduado em Direito Administrativo e Administração Pública

Atividades Sindicais/Associativas:

Secretario Geral da Delegacia Sindical de MT. Membro do Comando Local de Mobilização. Participante ativo do Trabalho Parlamentar.

Diretor de Relações Internacionais e Intersindicais

Nome: Kurt Theodor Krause

Concurso: 1991

Lotação: DRF/Blumenau (SC)

Formação: Administração e Pós-graduado em Comércio Exterior e Perspectivas Internacionais

Atividades Sindicais/Associativas:

Presidente da DS de Blumenau (2004-2009), (2009-2011) e (2013-2018). Diretor de Comunicação Social da DEN (2009-2011). Diretor-Secretário da DEN (2011-2013). Vice Presidente da Mesa do CDS (2013-2016). Atual Presidente da Mesa do Conselho de Delegados Sindicais (CDS). Atual Diretor de Comunicação da Unafisco Associação.

Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social, de Políticas Sociais e Assuntos Especiais

Nome: Euzilene Teodozia Rodrigues Ribeiro

Concurso: 1998

Lotação: Fiscalização Externa Aduaneira/ALF/Belo Horizonte (MG)

Formação: Economia

Atividades Sindicais/Associativas:

Secretária Geral da DS BH na Gestão 2014/2015

Diretora Suplente

Nome: Soniléa Vieira Leite

Concurso: 1993

Lotação: DICAT/DRF/ Rio de Janeiro (RJ)

Formação: Direito, Pedagogia, Assistência Social e Pós-graduada em Direito Previdenciário

Atividades Sindicais/Associativas:

Diretora de Aposentadoria, Proventos e Pensões e Comunicação Social da Unafisco Associação, representação Rio de Janeiro. Membro do Comando Local de Mobilização do Rio de Janeiro;

Diretor Suplente

Nome: Nelson Pessuto

Concurso: 1980

Lotação: Aposentado/DS Brasília (DF)

Formação: Técnico em Contabilidade e Direito

Atividades Sindicais/Associativas:

Secretário de Assuntos Jurídicos da Unafisco Nacional (1986-1987). Integrante do grupo que trabalhou no Congresso Nacional Constituinte (1987-1988). 2º Vice-Presidene da Unafisco Nacional (1987-1989). 2º Vice-Presidente da Unafisco Nacional (1989-1991). Presidente da Unafisco Nacional (1991-1993). Presidente do Sindifisco Nacional e da Unafisco Nacional (1993-1995). Presidente da Unafisco Sindical (1995-1997) e (1997-1999).

Diretor Suplente

Nome: Ricardo Skaf Abdala

Concurso: 1996

Lotação: DRF Goiânia (GO)

Formação: Direito, Engenharia Elétrica e Pós-Graduação em Técnicas Computacionais

Atividades Sindicais/Associativas:

Presidente da DS/Goiânia (2012-2013) e (2014-2015). Presidente do Conselho Fiscal Nacional – (2009-2011). Diretor-Secretário da DEN do Unafisco (2007-2009). Membro da Comissão de Sistematização do Estatuto da entidade unificada (2008-2009). Membro dos Grupos de Estudo da LOF e Super Simples no Unafisco (2005-2009). Presidente de Plenária Nacional Unificada em Brasília (2008). Eleito pela categoria para integrar Grupo da LOF no âmbito da Administração (2007). Presidente da DS/Goiás (2003-2005) e (2005-2007). Vice-Presidente do CONAF 2006. 2º Vice-Presidente da DS/Goiás (2001-2003). Representante da DS/MS do Unafisco em Ponta Porã (1998-1999).

5. CONCLUSÃO

Não há nada mais poderoso do que uma ideia cujo tempo chegou. Essa frase, do escritor francês Victor Hugo, reflete o espírito que move o grupo Novo Rumo: lutar pelas ideias e ideais que serviram de inspiração para uma mudança de atitude de milhares de Auditores-Fiscais, desde aquela malfadada votação da PEC 443, em 2015, frente ao descaso do Governo e do Congresso, o que serviu de combustível para a mais longa mobilização da história do nosso cargo, infelizmente desperdiçada por uma condução política claudicante da atual DEN, que apostou mais na subserviência à Administração do que na força da nossa classe.

Apesar das sucessivas frustrações que enfrentamos nos últimos anos, a semente foi lançada. Fazê-la germinar requer um trabalho contínuo, persistente, incansável. Não há solução milagrosa ou de curto prazo.

Mais que isso: não é uma tarefa exclusiva do sindicato. É uma responsabilidade que deve ser cultivada e compartilhada por todos os Auditores-Fiscais, tendo a representação sindical a missão de direcionar e conduzir esse processo. E nós aceitamos esse desafio!

Agora você conhece as diretrizes e propostas que vão servir de baliza à nossa atuação, sabe quem são as pessoas que se propuseram a trabalhar para mudar a condução do nosso sindicato e colocá-lo definitivamente em um caminho diferente. É uma equipe de colegas altamente comprometidos com o resgate da autoridade e da valorização do papel do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, com a liderança do colega Kleber Cabral, que já demonstrou, à frente da Unafisco Associação Nacional, sua disposição inquestionável de lutar pela valorização do nosso cargo.

Junte-se a nós nessa missão, que passa pela necessária reconciliação dos Auditores-Fiscais, pelo fim das inúmeras subdivisões internas e pela compreensão de que só conseguiremos avançar se estivermos unidos.

O nosso cargo constitui patrimônio inestimável. E o futuro dele depende das decisões e escolhas que fazemos hoje. Sua participação é insubstituível, sua decisão é fundamental.

Abrace essa ideia!

Vote Novo Rumo!

EXPERIÊNCIA + NOVAS IDÉIAS =

NOVO RUMO

VOTE CHAPA 3

www.chapanovorumo.com.br

VOTE
CHAPA 3

NOVO RUMO

www.chapanovorumo.com.br